

Quem faturará o quê

O Governo deverá prestar suas contas do que realizou nestes cinco anos de mandato que se completarão ao meio-dia de 15 de março de 1990. Não ao Tribunal de Contas da União ou ao Congresso Nacional, por imposições legais, mas à opinião pública, mesmo que dela não tenha sido proveniente o poder que constitui o regime de transição. Entretanto, em influentes áreas do Governo, já se tem essa última medida, a prestação de contas, um ato democrático que poderá fortalecer a convicção de que o Presidente não tem por que aceitar pressões para antecipar a posse de seu sucessor, por falta de legitimidade.

Na colheita dos dados já estão empenhados alguns ministros que consideram ser a prestação de contas mais que uma obrigação, mas sabedoria política. São esses políticos, que estão no Ministério, os que pretendem seguir carreira em 1990, uns candidatando-se aos governos de seus estados, outros ao Senado, e uma terceira leva à Câmara. São os mais sensíveis, portanto, a testemunharem acertos do Governo, traduzindo o êxito de alguns projetos de impacto social para suas comunidades regionais.

Tais ministros enxergam nas realizações do Governo no campo social, geralmente criticadas pela suspeição de paternalismo, obras que na verdade ficarão para o futuro. Em época recente da história brasileira viveu-se, na verdade, o ciclo das obras faraônicas, no qual a tecnocracia reinante che-

gou a imaginar, em irresponsáveis delírios, empreendimentos como a construção de grandes eclusas para a navegabilidade dos rios da Amazônia, ou a escavação de canais do rio São Francisco para espalhar suas águas e irrigar milhões de hectares às suas margens. Na presente era da escassez, os projetos tiveram de ser simplificados, estimulando a criatividade de várias agências governamentais. A Embrapa, reunindo o pouco que tinha em caixa, no entanto, desenvolve projeto de fertilização do solo, aproveitando bactérias da luz do sol, fornecidas de graça. A Embraer montou aviões requisitados em todo o mundo, mesmo passando pela maior crise financeira de sua história. O Ministério do Interior leva à frente o Projeto Padre Cícero, singelo plano-piloto que ensinará as gerações futuras que irrigar o Nordeste não demandará um outro Nilo, nem um novo faraó, mas uma consciência e duas mãos. Apenas são os projetos sociais os que alguns dos ministros pretendem deixar na memória dos fatos da atual transição como a assinalar que nem tudo foi crise, decepção e inércia ao longo desta controvertida fase republicana. A prestação de contas que pretendem realizar será uma represa a conter eventuais impulsos do futuro governo que, apesar de sua legitimidade política e eleitoral, conviverá com uma profunda depressão orçamentária, quem sabe levando-o a faturar o que de bom aconteceu no governo Sarney.